

O SÉCULO XIX NA PAISAGEM CULTURAL OURO-PRETANA

COTIDIANO, ARQUITETURA E MODERNIDADE IMPERIAL

Celina Borges Lemos
Arquiteta, urbanista e Doutora em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da UNICAMP – SP
Professora da EA – UFMG

Cláudia Marun Mascarenhas Martins
Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da EA – UFMG
e estagiária pela Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP

Maria Clara Maciel Silva Bois
Graduanda do Curso de Arquitetura e urbanismo da EA – UFMG
e bolsista do Programa de Ensino Tutorial – PET

Palavras-chave: Ouro Preto, Arquitetura, Urbanismo, Século XIX, cotidiano.

Resumo: O estudo sobre a paisagem cultural de Ouro Preto no século XIX analisa alguns vestígios de mudanças registrados no período, enfatizando as questões urbana e arquitetônica inseridas no processo de modernização da então capital. Mesmo implementadas de forma fragmentada, essas manifestações e planificações redefiniram a paisagem de tão relevante sítio.

“... Embora filha do mundo, a obra é um mundo e que convém antes de tudo pesquisar nela mesma as razões que a sustêm como tal. A sua razão é a disposição dos núcleos de significado, formando uma combinação sui generis, que se for determinada pela análise pode ser traduzida num enunciado exemplar. Este procura indicar a fórmula segundo a qual a realidade do mundo ou do espírito é reordenada, transformada, desfigurada ou até posta de lado, para dar nascimento ao outro mundo.” (CÂNDIDO, 1993:123-4)

Por uma paisagem em formação

Michel de CERTEAU (1994:15-31), ao recuperar a obra de Erasmo, admite que a cidade não passa de um mosteiro, cujas visões em perspectiva e prospectiva reúnem, a princípio, uma projeção dupla de um passado opaco e um futuro incerto. Mesmo que esse passado esteja atuando ou participando no presente, é com este que se pode lidar conjuntamente. A “superfície” do presente, como uma verdadeira rede de escrituras que se movem e se entrecruzam, compõe uma história múltipla sem autor ou espectador. O cotidiano da cidade é formado pelos fragmentos das trajetórias e alterações no espaço em relação a representações, permanecendo diária e indefinidamente outro¹. A organização sócio-econômica e espacial de uma cidade encontra-se constantemente condicionada a mudanças, contraditórias ou não, que são atribuídas a momentos ou conjunturas e a determinadas singularidades.

As cidades mineradoras em Minas Gerais tiveram seus processos de ocupação vinculados às descobertas de reservas auríferas e de outros minerais. Juntamente com as descobertas dos desbravadores, os assentamentos eram erigidos a partir da construção de abrigos provisórios e capelas. Nestas estariam guardados e homenageados os oráculos protetores que, convencional e simbolicamente, asseguravam as conquistas. As configurações, como no caso dos arraiais que resultaram na conformação da capital da capitania Vila Rica, davam-se de forma longilínea, espalhada, sem definição de um centro polarizante. Em sua maioria, as cidades originavam-se de estradas, cujas margens construídas iam se transformando em suas vias urbanas (MARX, 1990-1992:391). “*O caminho principal ou caminhos principais, logo ou tarde, recebiam ordenações que os transformavam em espaços institucionalizados, garantindo localização privilegiada para o comércio e abastecimento...*” (MONTE-MÓR, 2001:3). Na primeira metade do século XVIII, esses caminhos não eram tratados apenas como espaços urbanos de produção, mas encontravam-se subordinados a um controle de ocupação voltado para a reprodução. “*A rua Direita, herança portuguesa tão encontrada nas cidades mineiras, reflete as tentativas de normatização e ordenação desse espaço urbano em formação*” (MONTE-MÓR, 2001:3). As ruas representavam a continuidade das estradas que, através da “conurbação”, acabavam interligando arraiais primitivos. “*O ‘crescimento em vizinhança’ garantiria continuidades urbanas que modernamente se denominam ‘áreas sucessivas’ e se explicam pelo fenômeno da conurbação*” (MELLO, 1985:74).

A região de Vila Rica, descoberta através das entradas e bandeiras organizadas para se explorarem as riquezas do sertão, foi adentrada principalmente a partir da segunda metade do século XVII. Entre as inúmeras descobertas ocorridas no final daquele século, a notícia sobre o ouro em “grãos cor de aço” espalhou-se rapidamente. Nesse processo de descobertas e fixações, a fundação do Arraial Vila Rica, por volta de 1698, coube ao Padre João de Faria Fialho Filho, aos irmãos Camargo e ao Sr. Antônio Dias de Oliveira (VASCONCELLOS, 1977)².

A formação do arraial foi agilizada pelo intenso afluxo populacional voltado para a exploração do minério. De acordo com VASCONCELLOS (1974:129), as cidades voltadas para a mineração não tiveram infância: “*Nasceram como a Deusa de Atenas, já feitas e armadas. O povoamento se fez com gente passando por todos os estádios de civilização, desde o elemento bárbaro dos índios e africanos, até os mais esclarecidos letrados desse tempo*”. Diante de tão singular processo de formação e organização sócio-espacial, o povoado foi elevado à categoria de vila em 1711, tornando-se depois, em 1720, capital da Capitania das Minas Gerais. De acordo com MELLO (1985:78), sua evolução deu-se “*a exemplo da urbanização das vilas do ouro, não só por se localizar em área de topografia particularmente acidentada — típica, aliás, dos grandes depósitos auríferos — como por ter sido resultante da integração dos diversos arraiais que, dispostos linearmente, foram se agrupando de forma espontânea para se consolidar no povoado*”. Dessa maneira, a ocupação e desenvolvimento da vila deram-se nos caminhos e direcionamentos dos vales de córregos. Posteriormente, o processo foi avançando para as áreas topograficamente mais elevadas, predominando na paisagem do povoado formado pelos antigos arraiais.

Circundada por duas serras, a paisagem da então Vila Rica poderia ser caracterizada como um “*povoamento esparsos*”, cujo movimento “*subia e descia*” as cumeeiras dos morros, “*começando em um ponto alto conhecido como Cabeças, para daí descer até o Pilar, subindo novamente pelo morro de Santa Quitéria (onde hoje se situa a Praça Tiradentes) e voltando a descer para Antônio Dias, de onde subia vertiginosamente até Santa Efigênia, para tornar a descer rumo ao Padre Faria*” (MELLO, 1985:78).

Vários caminhos foram gradativamente se instituindo na malha em formação, conformando suas primeiras hierarquias viárias. A estrada-tronco tornou-se a mais importante, uma vez que interligava as matrizes do Pilar, de Antônio Dias e de Santa Efigênia, funcionando como o espaço central de uma malha rizomática que se conurbava a partir dos principais

arraiais — Padre Faria, Antônio Dias, dos Paulistas, Santana, Taquaral, Bom Sucesso, São João e Ouro Podre. Posteriormente denominada Rua Direita, suas ramificações expandiram-se rumo a Antônio Dias e Padre Faria através de inúmeras ruas, becos, travessas e pontes.

Vila Rica poderia ser também caracterizada como um desenho urbano de formação centrípeta, iniciado a partir dos núcleos de Antônio Dias e Pilar e suas respectivas matrizes. A configuração acentuadamente linear da Vila definiu um eixo longitudinal — onde se deu a ocupação principal — e um eixo transversal secundário. A partir do movimento centrípeta e com a construção da antiga Casa de Câmara e Cadeia e, posteriormente, do Palácio dos Governadores, delimitou-se a área administrativa e definiu-se um núcleo primário que, embora não tivesse tido origem no processo de ocupação, representava uma consequência do mesmo. Dessa forma, a Praça criada como lugar central não representava um pólo irradiador mas, sim, o perímetro de povoações relevantes (MELLO, 1985; VASCONCELLOS, 1977).

A partir da segunda metade do século XVIII, a criação da praça principal transformou o quadro da conurbação antes centrípeta. Do ponto central, a partir de fluxos centrífugos, começaram a surgir novas saídas, ramificações, ruas e caminhos. Nesse passo, o eixo rizomático deslocou-se para a primeira e expressiva centralidade — a Praça do Palácio dos Governadores e da Casa de Câmara e Cadeia³. Com o enriquecimento da Vila, as melhorias urbanas proliferaram-se, definindo locais de permanência e descanso que se articulavam com as vias de passagem. Vale lembrar aqui que a ocupação predominante ocorreu no eixo longitudinal, cujas vias mais importantes “fazem-se no mesmo sentido do vale e da serra do Ouro Preto, vencendo com inadequada valentia as ondulações dos contrafortes” (VASCONCELLOS, 1977:79). Tinha-se, nesse aspecto, uma ocupação tecnicamente desconectada das condições topográficas. Raramente tais ocupações acompanhavam as curvas de nível do terreno, que só se aproveitavam quando já havia uma implantação especial precursora, como por exemplo a dos templos. Complementando tal inadequabilidade, os arruamentos tornavam-se, muitas vezes, inacessíveis, por não acompanharem as curvas de nível.

De acordo com MELLO (1985:81), mesmo que, posteriormente, as “*novas ruas fossem abertas e outras se desenvolvessem paralelamente às mais antigas, incluindo becos e vielas que indicavam tanto maior progresso quanto uma tendência centrífuga, Vila Rica manteria sempre sua configuração linear, tão própria das vilas do ouro*”, tendendo a centripetar o agrupamento humano e não, a difundi-lo, como em outros padrões de povoamento ocorridos, nos séculos XVII e XVIII, em Minas Gerais (VASCONCELLOS, 1968:84).

O desenvolvimento de Vila Rica sempre esteve vinculado às suas reservas auríferas que, gradualmente, passavam a chamar cada vez mais atenção da Coroa Portuguesa. No entanto, o fausto e a opulência registrados ao longo do século XVIII na então capital da Capitania deveram-se mais às comunidades leigas do que ao Estado Português (BOSCHI, 1986). Essas comunidades foram responsáveis, em grande parte, pelas funções urbanas vinculadas tanto à produção quanto às representações espaciais. O *ethos* da cultura barroca passou a elucidar as experiências estruturadas nos espaços de representação e as próprias representações do espaço. Tais virtualidades criaram prospecções que marcaram a paisagem cultural do núcleo original e nela prevaleceram. Nesse contexto, através da arquitetura e da formação final do desenho do núcleo urbano, pululavam acontecimentos ancorados na idéia de mundanismo e transcendência (LEMOS & ALBANO, 1994).

A chegada do século XIX marcou definitivamente a Vila, devido às inúmeras transformações, até então inusitadas, que a capital vivenciou. Por um lado, encontrava-se instalado um quadro sócio-econômico alarmante devido à decadência da exploração do ouro, já anunciada na segunda metade do século XVIII. Simultaneamente, à medida que novas condições materiais se impunham, Vila Rica submetia-se também aos desafios da modernização, impetrados especialmente com a presença da corte imperial portuguesa no Brasil. A antiga vila, então sede da capitania, foi promovida à condição de capital da Província de Minas Gerais, definindo uma nova fase na sua história⁴. Em 1823, a vila foi elevada à categoria de cidade, tornando-se a Imperial Cidade de Ouro Preto, o que coincidiu com

inúmeras transformações sócio-econômicas e urbanas já efetivadas e ocasionou outras tantas novas. Com o declínio da exploração mineral, rompeu-se o circuito do comércio continental, e parte da província mineira teve ampliadas as suas atividades econômicas rurais. A agricultura e a pecuária, já existentes no período colonial, passaram a fornecer, de forma mais dinâmica, produtos para a capital brasileira (ALENCASTRO, 1997:14). Nesse contexto, a condição de centro de gravidade econômico exercida por Minas no auge da exploração mineral foi relativizada no início do século XIX. Cidades como São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro conquistaram, proporcionalmente, expressivas forças política, econômica e simbólica ao longo de todo o século⁵. Cumpre ressaltar que o caráter diversificado em termos de economia urbano-regional verificado nas Minas Gerais dos setecentos assegurou, nos oitocentos, sua condição de desenvolvimento. Nesse sentido, as atividades mineradoras combinavam-se com as da pecuária, avicultura e agricultura, assim como com as dos engenhos de farinha e açúcar, do comércio e do artesanato (MONTE-MÓR, 2001:5)⁶. A região mineradora de Ouro Preto, ao lado de outras, estabeleceu e ampliou seus intercâmbios intra- e interprovinciais, tendo como centro principal o Rio de Janeiro (PAIVA, 1996). Esse quadro aponta também para a existência de alguns aspectos de modernidade na Província e especialmente na região mineradora, que teve sua origem no período da exploração mineral. O século XIX reinstalou algumas dessas referências e inaugurou outras, tendo em vista a redução das reservas auríferas. A princípio, a Província conseguiu assegurar suas condições e características modernas, uma vez que se manteve urbana, populosa e dinâmica. Observa-se ainda que ela, ao mesmo tempo que teve oportunidade de desenvolver um sistema político e cultural, diversificou as atividades econômicas e comerciais, mantendo um grande contingente de escravos (PAULA, 2000:83)⁷. Minas Gerais enquanto Capitania e depois Província constituiu-se na região mais populosa e mais urbanizada do país. Os níveis de urbanização, somados à dinâmica demográfica, apontavam para uma condição especial, tanto nos setecentos quanto nos oitocentos⁸. No entanto, apesar dos registros de uma modernidade exemplar, referendada especialmente no fenômeno urbano, esta “*não resultou em desenvolvimento econômico, político e social incluyente, senão que na reiteração de um processo economicamente débil, politicamente não-democrático e socialmente marginalizador...*” (PAULA, 2000:26-27). Diante de suas condições contraditórias e ambíguas, os fatores que limitavam a modernidade mineira foram também notificados na arquitetura e nos aspectos urbanísticos. E um dos casos mais típicos dessas manifestações foi o da então capital, especialmente em seu passado mais recente.

Vila Rica registrou, no século XVIII, uma autenticidade criativa, revelada através da arquitetura, das artes, da cultura e da vida urbana. As inúmeras e sofisticadas construções religiosas e civis, o casario e as intervenções urbanas configuraram no local uma cartografia singular. A sua condição de modernidade exibiu um “*quadro urbano marcado pela qualidade do padrão construtivo, pela existência de equipamentos urbanos e, sobretudo, pela diversidade e qualidade das manifestações artísticas e profissionais típicas das civilizações urbanas — a música, o teatro (a Casa de Ópera de Ouro Preto é de 1769), a escultura, a pintura, a literatura, as práticas médicas, os ofícios jurídicos etc.*” (PAULA, 2000:47). Nesse processo, a paisagem cultural elucidada tinha como referência uma civilização urbana cujo *modus vivendi* fora condicionado por uma cultura barroca. Para VASCONCELLOS (1968:33), os mineiros procuravam o futuro, e dramas ou honras pregressas não lhes interessavam muito: “*Nas Minas, o lusitano arcaizado e o negro tribal se transformam, despertados por ilusões que suplantam desesperos, arrancados do chão de seu labor rotineiro, de seus costumes, de seus serões tranqüilos, para um novo papel, um novo cenário, uma nova peça do teatro da vida*”. Dessa paisagem configurou-se um cenário barroco que tinha como expressão máxima a “liberdade criativa” tanto daqueles que a habitavam quanto dos que estiveram voltados para sua produção simbólica⁹.

Outra manifestação fundamental registrada na paisagem urbana moderna, entre o final do século XVIII e início do século XIX, foi o original comércio local e demais atividades de serviços. Os viajantes que passaram pela Capital¹⁰ relataram essa experiência, confirmando o

intenso intercâmbio de manufaturas. Além da existência de um mercado voltado para o abastecimento de bens duráveis e não-duráveis, o comércio exibia estoques de produtos importados europeus, especialmente ingleses. Para John Mawe, o lugar parecia se constituir em um depósito de mercadorias e artigos ingleses de todos os tipos. O viajante registrou o contraste entre o diferenciado comércio, a exploração mineral e a arquitetura. Enquanto ressaltava a simplicidade das edificações residenciais e de uso misto, distinguia-as dos suntuosos templos religiosos e edifícios públicos. Nesse raciocínio, o registro deixa subentendidas a hierarquia social existente na Capital e sua evidência no espaço e na experiência do consumo. Segundo VASCONCELLOS (1968), Spix e Martius foram menos exigentes do que Mawe e não chegaram a atribuir ao cenário residencial uma beleza plástica, mas boas condições de conforto e habitabilidade. Richard BURTON (1983), que esteve em Ouro Preto na segunda metade dos oitocentos, registrou o cotidiano urbano e peculiaridades do consumo. Descreveu, por exemplo, a Rua São José, revestida de “macadame moderno”, e o seu fundamental comércio. Considerava que na rua pouco havia para se ler. Os letreiros eram raros e esquisitos: as lojas usavam pequenas caixas de vidro, que eram penduradas à soleira da porta durante o dia e retiradas à noite. As oficinas estavam no andar térreo, de maneira que os alfaiates, sapateiros e mecânicos trabalhavam na porta ou nas janelas de suas casas. O autor ressaltou, com mais otimismo que os visitantes anteriores, a presença de um comércio ativo e sofisticado. Observou o estoque de manufaturas inglesas dos comércios atacado e varejo, que centralizavam a região, ratificando o dinâmico quadro sócio-econômico da Imperial Cidade de Ouro Preto. PAIVA (1996) confirmou essa impressão ao analisar registros sobre a diversificação do comércio e serviços em termos de gênero e ramo de atividades, os quais sintetizam a conjuntura sócio-econômica regional e provincial¹¹. De acordo com os dados da autora, Ouro Preto estava inserida na região mineradora Central Leste, um dos principais pólos econômicos da Província. Enquanto região mais populosa, suas características demográficas eram bastante homogêneas e associavam-se ao seu nível de desenvolvimento. Juntamente com suas competências regionais, entre as quais a extração de riquezas do subsolo se tornou uma tradição, a densidade demográfica indicava a presença de um mercado consumidor importante (PAIVA, 1996). Ao lado dos hábitos de consumo cotidianos e também sofisticados, foram apontadas *“uma infra-estrutura de transportes e serviços urbanos mais consolidada e a presença de atividades mais lucrativas em termos provinciais e de atividade comercial mais intensa”* (PAIVA, 1996:129). No contexto da região, os dados apontam para o fortalecimento dos centros urbanos, especialmente de Ouro Preto, que sediava administrativamente a Província. IGLÉSIAS (1954) observa que o Ato Adicional à Constituição Política do Império¹² concedia às Províncias uma descentralização administrativa do poder. No entanto, essa concessão era no mínimo paradoxal, visto que, de fato, coexistiam uma certa autonomia política e uma não-descentralização administrativa e econômica. Nesse raciocínio, a segunda metade do século XIX pautou-se por uma busca efetiva de autonomia política e econômica, que resultaria também em inovações e transformações da paisagem cultural ouro-pretana.

Inovações na paisagem da Ouro Preto provincial

A Imperial Cidade mineira assemelhava-se, em alguns aspectos, às cidades inglesas que tiveram expressivo desenvolvimento no período setecentista. Ao analisá-las, WILLIAMS (1989) afirma que, no processo de desenvolvimento, as cidades adquiriam uma nova paisagem, aliada a um novo tipo de sociedade. A agilidade com que tal fenômeno ocorria dificultava uma separação nítida entre o que era novo em suas imagens e aquilo que permanecia enquanto referência tradicional. Em termos de organização social, Ouro Preto caracterizou-se, na segunda metade dos oitocentos, por contrastes entre o verdadeiramente antigo e o novo e entre a riqueza e a pobreza, contrastes estes já apontados também em

relação à experiência do consumo. As diferenças eram intensas e problemáticas, visto que os resultados da ocupação citadina, configurados na segunda metade do século XIX, reuniam escritas vinculadas a uma interação entre a cidade santa e a cidade ímpia. Inicialmente, essas diferenças fizeram-se perceptíveis no zoneamento urbano, que teve suas origens nas vertentes onde se demarcaram os eixos transversais, incorporando os espigões dos contrafortes da Serra do Ouro Preto e os cursos d'água que os delimitam (VASCONCELLOS, 1977:83). Conformando uma rede, o funcional, o ótico e o simbólico definiam uma articulação entre as zonas ou regiões onde se destacavam pontes, chafarizes, largos e outeiros. A primeira zona iniciava-se na ponte do Passa-Dez, atingindo o outeiro das Cabeças; *“a segunda, daqui à ponte do Caquende ou do Rosário; a terceira, desta à São José; a quarta, até a Praça. Descendo para Antônio Dias, a quinta zona [compreendia-se] entre a Praça e a Ponte dos Suspiros, de Marília ou de Dirceu; a sexta [ia] desta última ao Alto da Cruz — Santa Efigênia; e a sétima e última, deste outeiro à Ponte do Padre Faria”* (VASCONCELLOS, 1977:84).

A Praça Tiradentes, antiga Praça dos Inconfidentes, reunia atividades e serviços públicos, comerciais e habitacionais voltados para os setores mais privilegiados. Suas funções e representações prolongavam-se nas espacialidades a ela contíguas, que também eram ocupadas por atividades comerciais dispersas. Estas se apresentavam de forma mais concentrada e diversificada nas vias São José, Direita e Cláudio Manuel. A concentração comercial nessas espacialidades teve a sua gênese no século XVIII, mais precisamente em 1713, quando os vereadores definiram que, em termos de uso e ocupação, as zonas voltadas para atividades comerciais não poderiam ultrapassar *“uma légua”* do povoamento inicial da Vila. A justificativa para tal determinação revelava a intenção do poder local em assegurar a concentração e conurbação das atividades no interior da vila, valorizando os mercados locais (VASCONCELLOS, 1977). Esse processo ocupacional teve continuidade nos oitocentos, quando se verificou uma presença ainda mais concentrada dos setores comerciais, tanto dos modernos quanto dos mais tradicionais. Marcado por uma outra temporalidade, o cenário ouro-pretano de serviços continuava a oferecer ofícios tradicionais especializados por vias, becos e ladeiras. Alternativas ao comércio moderno, as produções artesanais e semi-artesanais de ofícios — alfaiates, ourives, ferreiros, caldeiros, mercadores, serralheiros e sapateiros, entre outros — instituíam uma demanda e um consumo universalizantes no conjunto da sociedade local. BRAUDEL (1979) afirma que a primeira missão do intercâmbio em uma cidade mineradora era o abastecimento. Os fatores aglomerativos vinculados à economia local possibilitavam o surgimento de corporações e empresas condicionadas por mercados incertos e muitas vezes efêmeros. As produções desses ofícios estavam submetidas a técnicas rudimentares e a instalações de baixo custo. A consolidação do povoamento e sua elevação às categorias de Vila e Imperial Cidade ocasionaram a mudança de parte desse quadro. Se, por um lado, o sistema produtivo e as importações atuaram para modernizar o comércio e o espírito do consumo, por outro, as tradições locais foram mantidas como necessárias, devido à persistência das diferenças sociais e à perpetuação dos valores simbólicos. Entre as condições de sacralidade e mundanidade, a sociedade ouro-pretana gradativamente incorporava experiências inovadoras, sem solucionar suas próprias contradições.

A busca pela modernização tem especial registro quando se consideram a arquitetura e sua missão renovadora. Uma de suas primeiras referências nesse percurso foi notabilizada pela construção da Casa dos Contos e da Casa de Câmara e Cadeia, ainda no final do século XVIII. Dotada de linhas estéticas neoclássicas, a antiga penitenciária instituiu uma relação simbólica com a praça e a paisagem citadina (MELLO, 1985:178). Dando continuidade ao espírito modernizante, a criação do projeto do primeiro Jardim Botânico representou uma das particularidades do período da Ilustração vivenciado pela Coroa Portuguesa no Brasil (SEGAWA, 1982-1983:220)¹³. Juntamente com essa iniciativa, o poder público manifestou seu interesse pelo saneamento e pela higiene, instituindo medidas e posturas para melhorar a ambiência urbana, como, por exemplo, a de proibir a manutenção de cemitérios e velórios junto às igrejas e a de impor a criação de áreas livres junto às edificações.

A partir de 1795, a Câmara Municipal decidiu controlar a execução de projetos e o próprio processo construtivo das edificações. “*Até então a construção das residências apenas obedecia a croquis ligeiros ou descrições sumárias [...]. Por outro lado, algumas seriam erguidas pelos próprios mineiros e seus dependentes, pelo menos em parte, entregando-se aos oficiais apenas a mão-de-obra mais especializada, os detalhes mais caprichosos*” (VASCONCELLOS, 1977:100-101). Naquela mesma época ficou também definido o controle sobre os desmatamentos no interior do sítio, concluindo-se assim um conjunto de regulamentações voltadas para o uso e ocupação do solo, posturas e obras. Cumpre observar que, apesar dessas determinações, não houve uma planificação complexa que pudesse assegurar um planejamento do desenvolvimento e crescimento urbano. No entanto, as deliberações culminaram em um conjunto de normas e leis, que foram promulgadas pela Câmara Municipal em 1830. Ao lado dessas definições, tornou-se manifesta uma maior preocupação, por parte do poder público, com os arruamentos, os aforamentos e os projetos voltados para construção de edificações. Nesse sentido é relevante destacar o interesse dos dirigentes pela eficiência e beleza da paisagem urbana. Ainda que acompanhassem o espírito da época, tais intenções e deliberações não foram implementadas no seu conjunto, devido à ausência de uma gestão urbana efetiva. As intenções de ordenamento e requalificação das áreas e regiões adquiriram maior relevância na segunda metade do século XIX, coincidindo com transformações sócio-econômicas e políticas que alcançaram seu ápice no início do período republicano.

O surgimento de centros educacionais e a criação das Escolas de Farmácia, em 1839, e de Minas, em 1876, muito contribuíram para renovar a expressão cultural e política local. Somaram-se a essas medidas a consolidação de técnicas modernas de extração mineral e a diversificação do próprio processo de exploração das reservas. Dentro do quadro material e econômico, a produção agropecuária, a exploração mineral, como no caso da siderurgia, e a produção de manufaturas consolidaram-se como vocação econômica da Província¹⁴. O fortalecimento do setor de serviços da Capital justificava-se pela dinâmica do comércio e pelas atividades de negócios voltados para a exportação, resultantes do desenvolvimento¹⁵.

Todos esses fatores definiram um conjunto de transformações na paisagem ouropretana, tendo como referência inicial novas espacializações urbanas e arquitetônicas, diferenciadas das vigentes anteriormente. Os processos de modernização vinculavam-se, em última instância, à conjuntura ocasionada pela abolição dos escravos e proclamação da república. Essa atmosfera propiciou uma conflituosa discussão em torno da necessidade de mudança da capital mineira. Em 1891, a Intendência Municipal, sob a presidência de Cesário Alvim, elaborou um Plano de Melhoramentos na tentativa de evitar tal medida. O escopo do plano compreendia inovações e intervenções, como “*cortes de morros, aterros, alargamento e retificação das artérias existentes, criação e embelezamento de espaços públicos em nome da circulação e da salubridade e mesmo o projeto de um núcleo de habitações modernas*” (SALGUEIRO, 1996:131). Mesmo inserido no espírito da época e respondendo às intenções segmentadas enunciadas ao longo do século, o plano buscava apenas “*medidas inscritas numa mentalidade higienista, utilitária e estética, que incluíam a retificação de vias, a construção de mercados, teatros, pontes, tudo regularmente distribuído para a comodidade dos habitantes*” (SALGUEIRO, 1996:131). Considerando a conjuntura favorável à construção e fundação de uma capital moderna, a Constituição Republicana do mesmo ano referendou a mudança, eliminando as possibilidades da renovação pretendida pelo plano em questão. Mesmo assim, torna-se relevante destacar alguns aspectos que se configuraram na paisagem de tão importante momento.

A arquitetura e a assimilação de novos legados redesenhando a paisagem oitocentista

A cidade santa e a cidade ímpia que se configuraram na ocupação hierarquizada eram perceptíveis através de vários pontos e eixos que intercalavam percursos contínuos e descontínuos. A seqüência do casario, seccionada por edificações notórias, e a intrépida topografia compunham a cartografia urbana provincial. Desveladas por artifícios, as intenções e produções do espaço tinham os seus destaques nas “falantes” localizações urbanas das vias, largos, praças e outeiros.

O sentido da paisagem cultural de Ouro Preto demonstrava uma dinâmica ambígua e instigante. Dotado de focos persuasivos, o conjunto de imagens, como num jogo dramático, enunciava uma transversal de agenciamentos. Estes eram condicionados por referências da beleza natural do sítio, e o seu desvelamento era desenhado nos artifícios da arquitetura e da conformação cidadina. A panorâmica urbana desvelava-se como uma montagem cênica composta pela exaltação do infinito e pela simulação do real. Ao tratar das características barrocas de alguns sítios históricos brasileiros, BRENNAN (1982-1983) afirma que o “caráter medieval” da cidade colonial deve ser libertado das suas conotações negativas, já que revela mais o conceito de um urbanismo orgânico, dotado de coerência imagética e alta qualidade visual. A autora complementa, dizendo que se faz perceptível em alguns exemplos brasileiros, entre os quais se pode incluir Ouro Preto, a implantação de um discurso espacial barroco dotado de qualidade visual e integrado a estruturas urbanas de formação espontânea e semi-espontânea¹⁶. Distanciando-se da noção do barroco europeu, o urbanismo autenticamente barroco, independentemente de sua escala, entre outros pontos, baseia-se na construção de organismos dinâmicos, policêntricos e abertos¹⁷.

Considerando a dimensão cênica barroca de Ouro Preto, tanto a topografia irregular e exuberante quanto as condições centrípeta e centrífuga da formação de seu desenho, ocupação e arquitetura contribuem para o entendimento da paisagem. O processo de ocupação baseado no conglomerado e na conurbação de antigos arraiais, que se deu de forma semi-espontânea, encontrou seu ideal perspéctico na cultura barroca. Entre as perspectivas resultantes dos eixos prospectivos, a cidade distinguia-se das outras aglomerações urbanas, entre vários fatores, pelo seu caráter insular, conseqüente à conurbação centrífuga do século XVIII (LEMONS & ALBANO, 1994).

A panorâmica ouro-pretana enunciava um conjunto de instituições que definiam a paisagem cultural. Ligada aos gêneros da pintura, esta “*vem ampliando seu significado, até o ponto de incluir uma apreciação da cultura material, do ‘texto’ e do processo social*” (ZUKIN, 1996:206). Do ponto de vista mais amplo, a paisagem era histórica e vinculava-se a uma ordem social existente, referindo-se tanto à chancela especial de instituições dominantes na topografia natural quanto ao terreno social e ao conjunto inteiro do ambiente construído (ZUKIN, 1996). O século XIX definiu um período histórico em que Ouro Preto esteve submetida a um poder assimétrico, registrado nos contrastes marcantes do seu conjunto visual. Pontos e eixos contrastantes e convergentes da paisagem urbana expressavam paradigmaticamente a forma como coexistiam as configurações sociais dos destituídos e instituídos de poder. Perpassando materialidades e artifícios, a cidade e a arquitetura exibiam inovações inseridas nos processos de apropriação sócio-cultural (URRY, 1985). Como afirma SALGUEIRO (1996), as características estilísticas da arquitetura, especialmente de vocação habitacional e mista, completaram-se no século XIX, mesmo que de forma fragmentada: se, por um lado, algumas variantes arquiteturais aproximavam-se das do Rio de Janeiro na segunda metade do século, por outro, desmentiam “*as leituras lineares de tipologias, pois associa[vam] diferentes temporalidades de traços estilísticos*”. Inscritos em um tempo próprio, como ocorrera também no século XVIII, os esquemas de propagação do novo, enunciados pela arquitetura, situavam-se entre os mais puramente temporais e os mais especificamente históricos (SALGUEIRO, 1996:126). Apesar de não ser possível constatar uma mudança radical na produção arquitetônica, esta apresentava relevantes características transformadoras relacionadas a

materiais, técnicas construtivas e detalhes estéticos¹⁸. Entre detalhes e intenções de acabamento, o ecletismo revelou uma racionalidade técnica, definindo inovadores lay-outs e fachadas. Nesse processo, observava-se uma integração original entre detalhes e materiais tradicionais e atuais que acabou apresentando um resultado arquitetural singular. Se, por um lado, Ouro Preto mantinha-se preservada enquanto desenho urbano, sua estratégia de localização ratificou-se e valorizou-se na segunda metade do século XIX. As melhorias urbanas implementadas, aliadas às mudanças de escala, volume e detalhes das edificações, realçaram os percursos e modernizaram o conjunto¹⁹.

A arquitetura de usos residencial e comercial gradativamente incorporou as inovações, que se intensificaram a partir de 1880, com a chegada do transporte ferroviário²⁰. Ao promover a agilização do intercâmbio de produtos e idéias, o transporte ferroviário modificou a relação espaço/tempo. Ao lado disso, concorreu para a transformação da aparência das cidades, facilitando a chegada de materiais, como o tijolo, o ferro fundido e a louça, e de concepções técnicas. Com o transporte agilizado, a modernização, até então mais passiva, foi se instituindo imperativamente. Concepções arquitetônicas que preconizavam o conforto, a higiene e novos desafios estéticos reinstalaram o sentido de morar na Capital e deram início a um percurso modernizante, que se traduziu na ampliação da altura das edificações, tanto das de um pavimento quando dos sobrados. Em face da exigüidade dos terrenos, da adoção de novos materiais e dos avanços técnico-construtivos, o número de sobrados aumentou na área mais conurbada da Capital. *“A cidade de pau-a-pique começa a dar lugar à cidade em tijolo, cujo emprego tende a se generalizar. As paredes irregulares se aprumam, o reboco torna-se mais uniforme, por vezes desenhado em baixo relevo”* (SALGUEIRO, 1996:138). Nesse contexto, o construtivismo moderno substituiu o predomínio dos cheios sobre os vazados das edificações setecentistas.

Os vãos de janelas incidiam nas fachadas verticalizadas e enunciavam um incremento em número e principalmente em altura²¹. As janelas e portas da fachada frontal — sempre em destaque, tendo-se em vista a proximidade das implantações — eram alinhadas simetricamente. Em geral, apresentavam fechamento composto por guilhotina e caixilho em vidro, protegidos por folha cega interna de madeira. Uma outra variante, mais presente nos últimos decênios do século XIX, foi a “porta-sacada” que, como o próprio nome indica, era complementada por um singelo balcão. No mesmo período via-se ainda a incidência da “porta rasgada por inteiro”, formada, como a anterior, de três partes principais: a bandeira em madeira almofadada ou em vidro, o “postigo sobreposto” em vidro, com chassi em madeira, e a base também em vidro ou madeira almofadada. A vedação dos vão de janelas e portas-sacadas transformou-se no final do século XIX: o caixilho e a guilhotina foram substituídos, em alguns exemplares, por duas folhas de janela seccionadas em vidros e veneziana de madeira. Sempre incorporando as bandeiras, as “novas” janelas apresentavam-se também em seções únicas de vidro, com folhas cegas de madeira no interior. Renovações ocorreram também em relação às vergas, predominando as em arco pleno ou arco alteado, as retas e, no final do período, as em arco apontado. Nos sobrados mais sofisticados, as vergas alcançavam maior destaque pela presença da sobreverga, cujo detalhe em massa ou estuque era dotado do mesmo desenho e aplicado em relevo²². As bandeiras das portas e janelas tiveram suas dimensões ampliadas ao longo do século. Valorizadas pela adoção do vidro, exibiam desenhos e recortes geométricos e florais em madeira.

As portas-sacadas integradas a balcões incidiram de maneira acentuada no cenário da arquitetura provincial. O balcão e guarda-corpo, já presentes no período colonial, foram adotados para propiciar melhor ventilação e iluminação e especialmente para valorizar o imóvel, sendo vistos em edificações religiosas, públicas, residenciais e comerciais. Amplamente utilizados durante o século XIX, instituíram-se como exemplares de modernização. Os guarda-corpos do século colonial — em madeira e pedra-sabão, com desenhos de balaústres, barras ou treliças — exibiam novas propostas em ferro fundido e, depois, em ferro industrializado. Adequados às “portas-sacadas” ou janelas “rasgadas por

inteiro”, dispunham-se tanto de forma individualizada quanto de forma corrida. Enquanto o primeiro modelo recuperava o século passado, o segundo, com sua forma contínua e seus desenhos sinuosos, suavizava a imagem final das fachadas. Nos sobrados com qualidades construtivas e estéticas mais requintadas, os guarda-corpos eram arrematados por suportes em ferro com desenho artístico. Destinados a sustentar lampiões e, posteriormente, luminárias, esses suportes muitas vezes recebiam adornos, como pinhas em louça ou cristal. Seus desenhos repetiam-se em lambrequins, gradis e, nos casos em que as implantações das edificações adotavam afastamentos frontais e laterais, também nos portões²³.

Com relação à implantação do imóvel, os códigos construtivos passaram a exigir um afastamento do solo e um embasamento com aberturas ou seteiras, cujo objetivo principal era evitar a umidade. Nesse mesmo espírito, os “*largos beirais de cachorrada*” foram gradativamente substituídos por cimalthas em alvenaria e massa ou estuque. Um pouco depois, surgiram os entablamentos arrematados por “*cornijas duplas em madeira pintada ou em tijolo, onde se colocam calhas aparentes para evitar que as águas das chuvas [...] escorram pelas paredes*” (SALGUEIRO, 1996:139)²⁴. A maioria dos telhados conservou a telha canal de barro, e, no final do século XIX, começaram a aparecer telhados dispostos em “duas águas”, cuja cumeeira incidia sobre a fachada frontal. Ao refletirem detalhes de um ecletismo pitoresco, esses telhados às vezes vinham complementados por lambrequins. As camarinhas ou mirantes, já adotadas no século XVIII, foram incorporadas em algumas edificações novas, sugerindo uma “variante do *chalet*” e atribuindo à paisagem cultural uma inovação relevante²⁵.

Observa-se que, no conjunto de detalhes e novos materiais, as adaptações técnicas de materiais tradicionais, do lay-out interno, do mobiliário e do sistema construtivo compõem uma arqueologia da modernização. A edificação voltada para usos residencial, comercial e de serviços, ao contrário da edificação pública do século XVIII, torna-se, assim, exemplar nesta análise.

Principalmente após a mudança da Capital, a paisagem cultural ouro-pretana passou a registrar uma arquitetura cuja linguagem refletia um ecletismo menos provinciano e mais cosmopolita. Centros como Rio de Janeiro, São Paulo e, posteriormente, a nova capital mineira encarregaram-se de divulgar as experiências estéticas e a necessidade de renovações e regenerações urbanas, todas inseridas no espírito republicano.

Considerando a conjuntura do final do século, observa-se que a linguagem arquitetural vinculada às modernizações teve, inicialmente, maior repercussão na produção de edifícios de valor cotidiano. Estes permitiam uma maior liberdade em relação à linguagem das fachadas e uma “*busca de efeitos novos com a finalidade de sair do esquema uniforme da cidade antiga*” (SALGUEIRO, 1996:142). A arquitetura provincial demonstrava assim um dos aspectos de interação entre a sociedade local e os princípios inovadores mais distantes. Ao preconizar o aprimoramento técnico e estético, além de outros componentes de transformação, a arquitetura ouro-pretana do século XIX recuperou algumas experiências do passado recente. Ao destacar os edifícios religiosos e públicos, a sociedade teve um papel relevante nesse processo, a despeito das contribuições externas, de princípios, investimentos e importação de materiais. A versatilidade, a criatividade e a originalidade, ao lado das qualidades artísticas, foram fundamentais na criação do cenário arquitetônico colonial. Apesar de em uma conjuntura adversa à anterior, o século XIX, principalmente nos seus últimos decênios, contou também com a competência dos artífices, artesãos e artistas da Capital. Os valores e tradições da sociedade em relação à arquitetura deram forma e soluções técnicas às conjunturas históricas que ambientaram a produção de bens simbólicos.

As experiências, cada uma a seu tempo, propiciam a elucidação de eventos que, mais que um acontecimento no mundo, são resultado da relação entre um acontecimento e um dado sistema simbólico. “*O evento é a interpretação do acontecimento*” (SAHLINS, 1990:191). A arquitetura como bem simbólico singular ou cotidiano apresenta-se como um evento relacionado à “*realização prática das categorias culturais em um contexto histórico específico*” (SAHLINS, 1990:15). Nesse raciocínio, as arquiteturas produzidas nos séculos XVIII e XIX

expressaram ações e criações de agentes históricos conjuntamente estabelecidos e distintos. As condições políticas de desenvolvimento sócio-econômico da Capital da Capitania e depois da Província definiram, de forma diferenciada, as paisagens culturais peculiares. Os processos de interação e formas específicas propiciaram, no caso da arquitetura e da cidade, diferentes formas de interlocução entre os agenciamentos externos e internos. Assim, a produção de bens simbólicos sintetizou, em grande parte, as práticas históricas e suas singularidades em tão relevante sítio.

Notas

- ¹ Ver VASCONCELLOS (1977), MARX (1990-1992), MELLO (1985) e MONTE-MÓR (2001).
- ² Para MELLO (1985), a Vila, que se originou de arraiais erguidos por bandeirantes a partir de 1697, foi criada em 1711 por Antônio de Albuquerque. A partir de 1720, tornou-se capital da capitania e, em 1823, recebeu o título de Imperial Cidade de Ouro Preto.
- ³ O plano de construção da nova Casa de Câmara e Cadeia, depois Penitenciária e finalmente Museu da Inconfidência, só foi concretizado no Governo de Cunha Menezes, em 1784, com projeto arquitetônico do próprio governador. Ver VASCONCELLOS (1977:31).
- ⁴ Fato histórico vinculado à Constituição Brasileira de 1824. Ver IGLÉSIAS (1954).
- ⁵ Ver ALENCASTRO (1997).
- ⁶ Ver também MAXWELL (1978).
- ⁷ Para o autor, os escravos eram aproveitados, no século XIX, nos empreendimentos mineradores, nas atividades manufatureiras e na agropecuária. O *“trabalho escravo não era a única forma de trabalho praticado em Minas Gerais, nos séculos XVIII e XIX, já que também ocorriam o trabalho familiar (no campo e em atividades domésticas) e o trabalho ‘por jornal’ de trabalhadores livres, além de diversos tipos de trabalho autônomo de mestres e oficiais artesãos”* (PAULA, 2000:84). Vale registrar que em 1821 a população de escravos na Província de Minas Gerais totalizava 181.882 indivíduos; em 1746, época do auge da exploração aurífera, essa população atingira 163.240 escravos. Ver PAIVA (1996) e LIBBY (1988).
- ⁸ A população mineira em 1751 e em 1833 foi, respectivamente, de 223.688 e 900.700 habitantes. Em termos de comarca, Vila Rica contava, em 1776, com 78.618 habitantes. Ver PAIVA (1996) e PAULA (2000).
- ⁹ Ver VASCONCELLOS (1968), PAULA (2000) e MACHADO (1990).
- ¹⁰ Na primeira metade do século XIX, entre os muitos viajantes que estiveram em Minas, destacaram-se John Mawe (1808-1809), Auguste de Saint-Hilaire (1816-1822), John Luccock (1808-1820), Johann Emanuel Pohl (1812-1820), Karl F. P. Von Martius e Johan B. Von Spix (1818), George Gardner (1839-1841) e Sir Richard Burton (a partir de 1868).
- ¹¹ Para PAULA (2000), PAIVA (1996) e LIBBY (1988), a Capital e a própria Província de Minas Gerais apresentaram uma dinâmica sócio-econômica diferenciada dos setecentos, não cabendo imprimi-lhes, entre os novos aspectos, um quadro de decadência. Em relação à Capital da Província, vale observar os trabalhos de PAULA (2000), MONTE-MÓR (2001) e SALGUEIRO (1996).
- ¹² Com a abdicação de Dom Pedro I, em 7 de abril de 1831, teve início o período regencial brasileiro. O Imperador veio a falecer em 1834, e a Constituição Brasileira foi alterada através do Ato Adicional, que transformou a regência trina em una. Em 1840, Dom Pedro II, ainda com 14 anos, assumiu a Coroa, e, para tanto, teve sua maioridade antecipada. Ver ALENCASTRO (1997).
- ¹³ Para VASCONCELLOS (1977), o levantamento do Horto Botânico, que se transformou posteriormente no Instituto Barão de Camargos, foi feito por Manuel Ribeiro Guimarães, em

1799. Planejado pelo naturalista mineiro Joaquim Velloso de Miranda, o Jardim só foi efetivado em 1825.
- 14 Na Região Mineradora Central Oeste, na qual se incluía Ouro Preto, os principais manufaturados vinculavam-se à produção de doces e à fiação e tecelagem. O ferro passou a ser um dos principais produtos da siderurgia, atividade esta que se somava à exploração do ouro e dos minerais preciosos (PAIVA, 1996). A importação de produtos e mercadorias direcionava-se principalmente a maquinário para mineração, material de construção, mobiliário e vestuário. Ver VASCONCELLOS (1977), PAIVA (1996), ALENCASTRO (1997) e PAULA (2000).
- 15 Segundo PAIVA (1996:127), os viajantes registram a “*presença do comerciante de entreposto, atribuem a esse agente econômico um papel dinâmico dentro da sociedade e nos sugerem que este pode ser o caminho para entender o século XIX mineiro*”. Além disso, a autora também considera os dados demográficos da Mineradora Central Oeste, que nos indicam que a distribuição regional da população estimada era, entre 1830 e 1835, de 169.074 indivíduos, alcançando 24% da Província como um todo. Para VASCONCELLOS (1977:35), Ouro Preto contava, em 1830, com 1.702 fogos e 13.616 habitantes. Reunindo os núcleos contíguos à Capital, o território era ocupado por 3.575 fogos e 28.600 habitantes. Entretanto, como o próprio autor ressalva, as fontes são imprecisas para a elaboração de conclusões mais seguras.
- 16 O estudo da autora baseia-se em obras relevantes da historiografia urbana brasileira, como, por exemplo, em: SANTOS, Paulo F. Formação das cidades no Brasil colonial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 5, 1968, Coimbra. *Anais... s.n.t.*
Ver também VASCONCELLOS (1977), REIS FILHO (1968), MACHADO (1990) e BRENNNA (1982-1983).
- 17 Ver BRENNNA (1982-1983) e ALCÂNTARA (1982-1983).
- 18 Para SALGUEIRO (1996), Ouro Preto podia ser considerada, naquele período, mais uma cidade do século XIX do que uma cidade colonial. Sua análise aponta, com êxito, elementos modernizantes da arquitetura residencial, inserindo-a no que designou “*ecletismo vernacular*”.
- 19 Além de SALGUEIRO (1996), MENESES (2002) também contribui para um melhor entendimento crítico de Ouro Preto no século XIX. Antes deles, MOTTA (1987) registrara que, devido a vários motivos —que ultrapassam a nossa análise —, muitas características urbanísticas e estético-estilísticas da arquitetura ouro-pretana se perderam no século XX. A atuação do IPHAN e as necessidades de mudanças impetradas pelos moradores e pela própria expansão urbana geraram descaracterizações que, muitas vezes, podem comprometer as análises mais recentes. Ver MOTTA (1987).
- 20 Segundo SALGUEIRO (1996), 1.701 quilômetros de linhas de estradas de ferro foram construídos no Estado de Minas, entre 1867 e 1888. Ver também REIS FILHO, 1983.
- 21 As paredes espessas de adobe ou pau-a-pique não estavam capacitadas para grandes vãos, e as janelas “*eram quadradas na sua maioria, com enquadramentos de madeira pintados de verde, vermelhão ou azul, com rótulas ou gelsias fechadas*” (SALGUEIRO, 1996:137). No início do século XIX, as gelsias fechadas ou *muxarabis* foram proibidas, o que levou à ampliação da presença de janelas e portas-janelas com balcões ou com chassis de madeira e vidro cortado (SALGUEIRO, 1996:138).
- 22 Ver RODRIGUES (1978) e LEMOS (1989).

- ²³ No final do século XIX e início do século XX, os beirais com lambrequins passaram a ser adotados em algumas edificações residenciais ouro-pretanas.
- ²⁴ Ver também VASCONCELLOS (1977:183).
- ²⁵ Mesmo no início do século XX ainda se viam vestígios de detalhes — como o lambrequim, a cobertura de *chalet* e o arco apontado — muitas vezes incorporados de forma não usual em outros centros urbanos. Ver SALGUEIRO (1996), RODRIGUES (1978), VASCONCELLOS (1977) e MENESES (2002).

Referências bibliográficas

- ALCÂNTARA, Antônio Pedro Gomes de. Aspectos do espaço barroco na arquitetura civil dos séculos XIX e XX. *Revista Barroco*, Belo Horizonte, UFMG, n.12, p.67-70, 1982-1983.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.). *História da vida privada no Brasil 2: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- BOSCHI, Caio B. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilización material, economía y capitalismo, siglos XV-XVIII*. Trad. Isabel Pérez-Villanueva Tovar. Madrid: Alianza, 1979. Tomo I: Las estructuras de lo cotidiano: lo possible y lo impossible.
- BRENNA, Giovanna Rosso del. Medieval ou barroco? Proposta de leitura do espaço urbano colonial. *Revista Barroco*, Belo Horizonte, UFMG, n.12, p.141-145, 1982-1983.
- BURTON, Richard. *Viagens aos planaltos do Brasil*. Trad. Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983. Tomo II: Minas e os mineiros.
- CÂNDIDO, Antônio. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.
- CERTEAU, Michel de. Andando na cidade. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Cidade. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, IPHAN / MinC, n.23, p.15-31, 1994.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*. Belo Horizonte: FACE / UFMG, 1954. (Tese de Livre Docência).
- LEMOS, Carlos. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.
- LEMOS, Celina Borges, ALBANO, Maria Celina. Entre os limites do passado e as demandas do futuro: uma análise da cidade histórica de Ouro Preto, Minas Gerais. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, PUC-MG, v.2, n.2, p.87-113, ago. 1994.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista; Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MACHADO, Lourival Gomes. *Barroco mineiro*. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- MARX, Murilo. Arraiais mineiros; relendo Sylvio de Vasconcellos. *Revista Barroco*, Belo Horizonte, UFMG, n.15, 1990-1992.

- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa; a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MELLO, Susy. *Barroco mineiro*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MENESES, Ivo Porto de. Praça Tiradentes. *Revista Aqui*, Belo Horizonte, AP Cultural / IAB-MG, n.3, 2002.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. *A fisionomia das cidades mineradoras*. Belo Horizonte: CEDEPLAR / FACE / UFMG, 2001. (Textos para discussão, 163).
- MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto; uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, IPHAN, n.22, p.108-122, 1987.
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: FFLCH / USP, 1996. (Tese, Doutorado em História Social).
- PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuições ao estudo da evolução urbana no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1968.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- RODRIGUES, José Wash. *Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1978.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Trad. Bárbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. Ouro Preto: dos gestos de transformação do "colonial" aos de construção de um "antigo moderno". *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, n.4, p.125-163, jan.-dez. 1996.
- SEGAWA, Hugo. Os jardins públicos no período colonial e o passeio público do Rio de Janeiro. *Revista Barroco*, Belo Horizonte, UFMG, n.12, 1982-1983.
- URRY, John. Social relations, space and time. In: GREGORY, Derek, URRY, John. *Social relations and spacial structures*. London: MacMillan, 1985. p.20-48.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Mineiridade*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade; na história e na literatura*. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, IPHAN / MinC, n.24, p.204-219, 1996.